

PROPOSTA DE REAJUSTAMENTO DA FÓRMULA DE REVISÃO DE PREÇOS

EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 6/2004 DE 6 DE JANEIRO E O DESPACHO N.º 1592/2004 DE 23 DE JANEIRO

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Número 1 do artigo 3 do decreto-lei de 6/2004 de Janeiro – “Sem prejuízo da apresentação obrigatória de proposta base que contemple as cláusulas de revisão de preços previstas no caderno de encargos, **os concorrentes poderão propor outras em alternativa**, devidamente justificadas, ainda que o programa de concurso não admita expressamente propostas condicionadas ou variantes.”

Número 1 do despacho n.º 1592/2004 de 23 de Janeiro – “Nas empreitadas postas a concurso a partir de 1 de Fevereiro de 2004 e de acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, os donos de obra devem contemplar nos cadernos de encargos **fórmulas de revisão de preços ajustadas às estruturas de custos das estimativas dos respectivos projectos.**”

2. FÓRMULA DE REVISÃO DE PREÇOS PROPOSTA

Índice	a	M03	M15	M18	M22	M30	M45	c	d
(1)	0,18	0,13	0,01	0,20	0,05	0,02	0,01	0,30	0,10
(2)	0,18	0,13	0,01	0,23	0,05	0,02	0,01	0,27	0,10

(1) – Fórmula do caderno de encargos F17 (pavimentação de estradas)

(2) - Fórmula do caderno de encargos F17 (pavimentação de estradas) ajustada à estrutura de custos da empreitada

M18 – Betumes a granel

c – Equipamento de apoio

De acordo com o disposto no ponto número 1 deste documento e atendendo às peças processuais disponibilizadas no procedimento supracitado, propõe-se a fórmula tipo F17 (pavimentação de estradas) reajustando os índices M18 e c, por ser a fórmula e o método que melhor se ajusta à estrutura de custos da obra, porquanto:

1. O betume é o único material da estrutura de custos da empreitada que sofre flutuações significativas em curtos períodos de tempo, em função da variação do preço do crude de petróleo nos mercados internacionais.
2. Importa, nessa medida, que o coeficiente de tal material seja o mais rigoroso e o mais próximo da sua real e efectiva dimensão na concreta estrutura de custos da obra, de modo a evitar os riscos, para ambas as partes, que o instituto da revisão de preços pretende acautelar.
3. Assim, tendo em conta o preço actual do betume e a sua quantidade a integrar na obra, verifica-se que o betume representa 23% do valor total da proposta, valor esse que deverá estar reflectido na fórmula de revisão de preços a aplicar à presente empreitada.
4. Deste modo, o coeficiente de 0,20 (índice M18 – betumes a granel) previsto na fórmula tipo do caderno de encargos (F17 – pavimentação de estradas) não traduz com rigor o real custo do betume no contexto da estrutura de custos da empreitada, devendo ser reajustado para 0,23, conforme se propõe.
5. Em consequência, deve ainda ser reajustado o coeficiente do equipamento de apoio (índice c) para 0,27, tendo em consideração a sua menor expressão na estrutura de custos da presente empreitada.
6. Com o reajustamento proposto obtém-se uma fórmula de revisão de preços adequada e ajustada à estrutura de custos da empreitada, alcançando-se, assim, os fins do instituto da revisão de preços, e minimizando-se os riscos e as consequências, tanto para o Dono da Obra, como para o Empreiteiro, das alterações e variações dos custos inerentes à concretização do contrato.

Pombal, 27 de fevereiro de 2017